

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

ATA NÚMERO VINTE E QUATRO-----

(Mandato 2021-2025) -----

----- Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sitas no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária em exercício, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, Zulmira Guterres dos Santos, José Fernando de Almeida Louro e Ana Sara Pessoa Sequeira. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro e Eduardo Manoel Pires da Silva.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado. -----

----- **Independente (IND):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ana Sequeira. -----

----- Lourenço Paour Miguel Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Louro. -----

----- Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte, que justificou a sua ausência e foi substituído por Eduardo Silva. -----

----- Catarina Bendito de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Rodrigo Machado -----

----- Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:** -----

----- (Não se verificaram intervenções) -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que foram rececionados sete documentos: um voto de pesar distribuído pelos elementos da CDU relativamente a Celeste Caeiro, a mulher dos cravos de Abril; uma saudação ao 25 de Novembro de 1975 apresentado pelo Membro independente Jorge Garcia; um voto de saudação pelo centenário de Amílcar Cabral apresentado pelo BE; um voto de saudação muito pertinente apresentado pelo BE e relacionado com o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que foi festejado também no dia 25 de novembro. ---

----- Havia ainda três moções, duas apresentadas pelo PS e uma pelo BE, sendo que quando chegassem a essa etapa iria fazer o adequado anúncio.-----

----- Disse que se lhe permitissem gostaria de subscrever o voto de pesar a Celeste Caeiro. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que a bancada do PS também gostaria de subscrever esse voto de pesar.-----

----- **Eleito Eduardo Silva (PCP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Pesar**-----

“----- *Celeste Caeiro, a Mulher dos Cravos de Abril* -----

----- *Faleceu aos 91 anos, no passado dia 15 de Novembro, Celeste Caeiro, conhecida como a Celeste dos Cravos. Militante Comunista, mulher trabalhadora, de convicções fortes, Celeste Caeiro enfrentou uma vida de dificuldades com perseverança. A sua generosidade e afabilidade ficarão na memória de todos.* -----

----- *Celeste Martins Caeiro nasceu em Lisboa a 2 de Maio de 1933, oriunda de uma família humilde, e viveu grande parte da sua vida em Lisboa. No dia 25 de Abril de 1974, manhã cedo, levantou-se para ir trabalhar e acabou a distribuir cravos pelos militares revoltosos, num gesto com um extraordinário simbolismo, que viria a projectar a Revolução de Abril em todo o mundo, desde então conhecida como a "Revolução dos Cravos", que pôs fim ao regime fascista em Portugal. Foi um prenúncio da aliança, determinante na Revolução, entre o povo português e o Movimento das Forças Armadas (MFA).* -----

----- *Segundo a própria Celeste, que teve ocasião de contar a sua história em numerosas entrevistas e visitas a escolas da cidade e do País: «Eu trabalhava num restaurante na Rua Braamcamp. A casa fazia um ano nesse dia e os patrões queriam fazer uma festa. O gerente comprou flores para dar às senhoras, enquanto aos cavalheiros, se daria um Porto. Nesse dia, quando chegámos, o patrão explicou que não ia abrir o restaurante, porque não sabia o que estava a acontecer, e disse-nos para levarmos as flores connosco. Chegámos ao armazém e vimos que eram cravos vermelhos e brancos. Cada um levou um molho.»* -----

----- *A mulher que viria a ser conhecida como a "Celeste dos Cravos" não foi para casa. Apanhou o Metro para o Rossio e rumou ao Chiado, onde se deparou imediatamente com veículos militares. Conta que se aproximou de um dos veículos militares perguntando o que se passava ao que um militar terá respondido: «Nós vamos para o Carmo para deter o Marcelo Caetano. Isto é uma revolução!». O soldado pediu-lhe, ainda, um cigarro, mas Celeste não tinha. Celeste queria comprar-lhes qualquer coisa para comer, mas as lojas estavam todas fechadas. Assim, deu-lhes as únicas coisas que tinha para lhes dar. os molhos de cravos, dizendo: «Se quiser tome, um cravo oferece-se a qualquer pessoa».* -----

----- *O resto da história é por demais conhecida, o soldado aceitou e pôs a flor no cano da espingarda.* -----

----- *Celeste foi dando cravos aos soldados que ia encontrando, desde o Chiado até ao pé da Igreja dos Mártires. Ainda, segundo as palavras da Celeste: «Correu tudo muito bem. Tinha de correr, pois os cravos estavam nas espingardas e elas assim não podiam disparar...». Celeste Caeiro ficará para sempre associada à história e memória do 25 de Abril e da liberdade no nosso País.*-----

----- *Nos 50 anos da Revolução de Abril, os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa apresentaram uma proposta, que foi aprovada por unanimidade, em Maio deste ano, para que fosse prestada a justa homenagem a Celeste Caeiro, com um monumento evocativo.* -----

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 12 Dezembro de 2024, delibere:* -----

----- *1 — Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*-----

----- 2 — *Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a homenagem merecida com um monumento evocativo, tal como deliberado em Maio deste ano.* -----

----- 3 — *Remeter o presente voto pesar à sua família e ao Partido Comunista Português.* -----

----- Lisboa, 12 de Dezembro de 2024 -----

----- Os eleitos da CDU, Lurdes Pinheiro e Eduardo Silva-----”

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que o PSD subscrevia esse voto. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que, caso não houvesse oposição, também subscrevia esse voto de pesar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que seria da mais inteira justiça respeitarem um minuto de silêncio por alguém que com um pequeno gesto que fez a diferença numa revolução e que a tornou com mais emoção e afeto. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar “Celeste Caeiro, a Mulher dos Cravos de Abril”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

----- “----- 25 de Novembro de 1975— *Dia da Renovação da Liberdade*-----

----- *A 25 de Abril de 1974, com o derrube do regime autoritário e totalitário que governou o nosso País durante 48 anos, Portugal iniciou um processo que viria a determinar a natureza pluralista e democrática do novo regime político e constitucional português.* -----

----- *O 25 de Abril, cujo 50º aniversário celebrámos este ano, ficará para sempre como o dia da Liberdade, uma data que Portugal não poderá esquecer.* -----

----- *Até à consolidação do regime democrático, novas tentações totalitárias de sinal contrário, ensombreceram o caminho.* -----

----- *A 25 de Novembro, correspondendo à resistência e aos apelos da sociedade civil liderada pelo PS e Mário Soares, um grupo de milhares operacionalizou um plano militar que pôs termo a uma tentativa de golpe de Estado de forças extremistas.* -----

----- *Se o 25 de Abril derrubou a Ditadura e iniciou o caminho da Democracia, o 25 de Novembro restaurou o processo democrático, possibilitou a continuidade da nossa opção ocidental e a integração europeia.* -----

----- *Neste sentido vem o eleito Independente Não Inscrito propor, que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior na sua Sessão Ordinária de 12 de Dezembro de 2024, delibere:* -----

----- 1. *Saudar o 25 de Novembro de 1975, dia que confirmou Portugal na senda da Democracia, Liberdade, Justiça e Solidariedade.* -----

----- 2. *Manifestar o seu agradecimento a todos os que escolheram a Democracia e a Liberdade ousando contrariar ameaças totalitárias,*-----

----- 3. *Homenagear na sessão de 12 de Dezembro com a aprovação do presente voto, o General e primeiro Presidente da República democraticamente eleito, António Ramalho Eanes, em representação de todos os militares do 25 de novembro de 1975.* -

----- 4. *Homenagear na Sessão de 12 de Dezembro com a aprovação do presente voto, Mário Alberto Nobre Lopes Soares, primeiro 1º ministro e primeiro Presidente da República civil democraticamente eleito, enquanto símbolo da resistência democrática ao totalitarismo e da plena normalização das instituições democráticas.* -----

----- 5. *Associar-se à efeméride do 100º aniversário do nascimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares.*-----

----- 6. *Enviar o presente Voto de Saudação à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa e à Assembleia Municipal de Lisboa.* -----

----- 7. *Enviar o presente Voto de Saudação à Fundação Mário Soares e Maria Barroso.* -----

----- *Santa Maria Maior, Lisboa, 12 de Dezembro de 2024* -----

----- *Jorge Madrugo Garcia (Independente não Inscrito na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior)* ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “25 de Novembro de 1975 - Dia da Renovação da Liberdade”**, apresentado pelo Ind. Jorge Garcia, tendo a Assembleia deliberado aprovar com 10 votos a favor (PS, PSD e Ind.) e 3 votos contra (PCP e BE)

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

-----**Voto de Saudação** -----

“----- *Centenário de Amílcar Cabral* -----

----- *Amílcar Lopes Cabral nasceu a 12 de setembro de 1924 na cidade de Bafatá, na Guiné-Bissau, onde viveu até aos 8 anos de idade, altura em que foi para Cabo Verde para estudos.* -----

----- *Frequentou o ensino secundário na cidade do Mindelo, em São Vicente. Em 1945, ganhou uma bolsa de estudos para estudar agronomia no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.* -----

----- *Em Portugal, envolve-se nas lutas dos movimentos estudantis, travou contactos com o MUD e frequentou a Casa dos Estudantes do Império, onde veio a conhecer nomes marcantes da história das lutas pelas independências africanas tais como - Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto (Angola) Marcelino dos Santos (Moçambique), Vasco Cabral (Guiné-Bissau), Noémia de Sousa, José Tenreiro e Alda Espírito Santo (São Tomé e Príncipe). Foi neste contexto que amadureceu as suas ideias revolucionárias e políticas para a luta contra o regime fascista e colonialista português, preparando o caminho para a luta de libertação da Guiné e Cabo Verde. Defendeu e apoiou as lutas pela autodeterminação dos povos oprimidos da Guiné-Bissau e Cabo Verde elegendo a luta pela independência uma das principais bandeiras para enfrentar o regime em Portugal e nos países africanos ocupados.* -----

----- *Ainda em Portugal, a sua passagem pela região do Alentejo marca o seu percurso enquanto estudante de agronomia, pois suscita muito interesse ao jovem estudante que encontra semelhanças entre as condições materiais dos trabalhadores agrícolas em Portugal e a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Nessa medida, apresentou o Relatório Final para a obtenção do grau de Engenheiro Agrónomo sobre "O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo)".* -----

----- *Em 1952, regressa à Guiné-Bissau para exercer funções como engenheiro agrónomo. O seu trabalho em Portugal já tinha ganho notoriedade e uma das suas primeiras tarefas foi realizar o recenseamento agrícola conduzido entre 1953-54.* -----

----- *Este trabalho permitiu aprofundar o conhecimento sobre a situação do povo, a exploração e a discriminação racial a que se encontrava sujeito.* -----

----- *Criou o Grupo Recreativo Cultural e Desportivo, que mais tarde foi proibido porque nele participavam os indígenas (categoria estabelecida pelo regime colonial) e mais tarde criou em Bissau, na clandestinidade, o PAIGC, a 19 de setembro de 1956. Com os seus companheiros dirigiu a luta de libertação a partir das matas do sul da Guiné em 1963.* -----

----- *Ao longo da sua liderança, organizou uma administração, organizou as forças armadas, formou vários profissionais em diferentes áreas nos países próximos, criou*

escolas e hospitais nas zonas libertadas, garantiu o desenvolvimento de uma economia de subsistência. -----

----- Mobilizou vários apoios, devido às suas boas relações diplomáticas, tendo granjeado simpatias e apoios como o do Governo da Suécia, da China e audiência em Roma com o Papa Paulo VI em 1970. -----

----- A figura de Cabral atravessou as fronteiras da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Discursou nas Nações Unidas e em outras várias conferências internacionais denunciando os crimes do regime colonialista português. -----

----- Em janeiro de 1973, por ocasião da mensagem do novo ano, anuncia a criação de uma Assembleia Popular na qual os e as combatentes pela libertação da Pátria preparam e organizaram a proclamação da independência da Guiné-Bissau. Amílcar Cabral foi assassinado a 20 dias após esse anúncio. A dedaração de independência foi concretizada a 24 de setembro de 1973, em Lugadjol, em Boé, na região de Gabu. ----

----- Amílcar Cabral foi um dos importantes líderes da sua geração, contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência política anticolonial, defendeu sempre que a luta só seria completa se as mulheres fossem parte integrante da mesma, criando condições para a libertação dos países colonizados no continente africano, em especial Guiné-Bissau e Cabo Verde.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 12 de Dezembro de 2024, delibera:-----

----- 1. Saudar o centenário de Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo e um dos líderes das independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde. -----

----- 2. Saudar os 51 anos de independência da Guiné-Bissau, a 24 de setembro.-----

----- Lisboa, 27 de dezembro de 2024-----

----- Pelas eleitas/os do Bloco de Esquerda-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Centenário de Amílcar Cabral”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)-----

----- O 25 de novembro foi instituído pela Organização para as Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. -----

----- Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar a sociedade portuguesa. De acordo com os últimos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal (30 461). Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres é raparigas (69,3), enquanto a maioria dos denunciados são homens (78,9). -----

----- A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI 2023. -----

----- Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. -----

----- Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas realizado pela LIMAR registou entre 1 de janeiro e 15 de novembro de 2024: 25 mulheres assassinadas, tendo 16 sido vítimas de feminicídio em contexto de relações de intimidade, 3 em contexto familiar e 1 em contexto de violência sexual. E ainda outros 5 assassinatos noutras contextos.-----

----- Em 60% dos casos existia violência prévia contra a vítima e em 10 já havia sido apresentada queixa às autoridades.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 12 de Dezembro de 2024, delibera:-----

----- 1. Saudar as iniciativas do dia 25 de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, movimentos e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência e lutam pela erradicação da violência na sociedade portuguesa e em todo o mundo.-----

----- 2. Prestar homenagem a todas as mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica, reconhecendo a necessidade de combater a misoginia e a violência de género em todas as esferas da sociedade.-----

----- Lisboa, 12 de dezembro de 2024-----

----- Pelas eleitas/os do Bloco de Esquerda-----”

----- Eleita Sandra Gadanho (PSD) disse que o PSD subscrevia o documento do BE.
----- Eleito Carlos Dias Torres (PS) disse que esse era um flagelo da sociedade e obviamente votariam a favor. O voto de saudação tinha alguns indicadores que eram preocupantes e sempre complicados de trabalhar, infelizmente a sociedade ainda tinha esse flagelo, esse cancro da sociedade, e por isso votariam a favor.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Voto de Saudação “Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro), apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Eleito Carlos Dias Torres (PS) apresentou o seguinte documento:-----
----- Moção-----

“----- Sobre a usurpação de competências de higiene urbana pela Câmara Municipal de Lisboa-----

----- A freguesia de Santa Maria Maior foi confrontada, no seguimento de uma ação de propaganda do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com a presença no território de uma empresa privada a varrer o lixo no espaço público — competência própria das Juntas de Freguesia de Lisboa e que tem sido assegurada com zelo pelos nossos trabalhadores.-----

----- Mais uma vez, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior é confrontada com uma ação da Câmara Municipal de Lisboa sem prévia concertação ou aviso e, sobretudo, com uma clara usurpação das competências legais próprias da Junta e desrespeito pelo trabalho abnegado e competente dos trabalhadores afetos à higiene urbana na freguesia de Santa Maria Maior.-----

----- Para além de que a privatização deste tipo de serviços, sem prévia negociação ou acordo com os sindicatos representativos do setor, também configura um claro desrespeito pelas classes trabalhadoras e os seus representantes. Este ato pode ser interpretado como um ataque aos sindicatos, essenciais para a qualidade da nossa vida democrática — os sindicatos são indispensáveis à democracia.-----

----- O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 12 de dezembro de 2024, delibere:-----

----- 1) Instar a CML a melhor organizar os seus serviços, uma vez que as dificuldades que se registam neste território resultam, em parte, de obrigações não garantidas pela CML, designadamente uma correta e eficiente recolha noturna do lixo.-----

----- 2) Manifestar também a sua solidariedade e agradecimento a todos os trabalhadores da higiene urbana na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. -----

----- 3. Que seja dado conhecimento desta moção aos sindicatos representativos do setor, trabalhadores da freguesia e órgãos de comunicação social. -----

----- Lisboa, 10 de dezembro de 2024-----

----- Pl'O Grupo do Partido Socialista, Carlos Dias Torres -----”

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que o PSD numa das Assembleias de Freguesia, havia mais de um ano, sugeriu em modo de requerimento que fosse respondido pela Junta de Freguesia, requerimento que ia no sentido de ser encontrado um sistema de higiene urbana que correspondesse à nova realidade da cidade e dos bairros que estavam sujeitos a uma pressão não só pelos Santos Populares, que de facto agravavam bastante, mas porque as ruas que tinham só acesso pedonal e que não era permitido por exemplo entrar um camião para fazer uma descarga, etc., não tinham estado lavadas, os caixotes não tinham estado lavados. Podia-se dizer que havia lixo à volta dos caixotes e por isso o PSD fez um requerimento no sentido de se encontrar um sistema entre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Câmara Municipal que fosse realista.-----

----- Muitas vezes as sarjetas estavam completamente entupidas e isso não era competência da Junta de Freguesia, às vezes até interpelava as pessoas na rua e elas diziam que o responsável era quem fazia essa fiscalização e não iam reportar. -----

----- Não era normal o que às vezes se passava e não era a questão da Câmara estar a fazer uma ingerência, não se tratava disso. Tratava-se que era preciso adaptar o sistema à realidade e muitas vezes havia falta de civismo dos próprios cidadãos, fossem eles portugueses ou turistas. -----

----- Havia uma combinação de desrespeito, uma vez que se falava em respeito. O respeito era pelos contribuintes que pagavam impostos, andavam pela rua, as ruas estavam limpas, estavam lavadas e seguras. Isso era respeito, não era andar a empurrar de uns para os outros ia dizer que não era sua responsabilidade. -----

----- Uma entidade que era responsável tinha brio, mesmo que algumas coisas falhassem iria fazer tudo para que de manhã as pessoas iam trabalhar e as coisas estivessem limpas. Se alguma coisa estava a falhar ia ter com quem de direito e articular para encontrar uma solução, não ia ficar à espera a queixar ou a achar que ia correr mal para alguém. -----

----- Tinha que haver um sistema e, portanto, não concordava em nada, nem no conteúdo, nem na postura, nem na forma. Não subscrevia isso, porque não era uma nem duas vezes que tinha que ligar aos serviços da Câmara Municipal para irem fazer alguma coisa que a Junta não fazia nessa matéria da higiene urbana. Se calhar era porque não estavam a ver, não havia a pessoa a passar no circuito que devia estar a passar, não fazia ideia, mas de certeza que era possível fazer melhor.-----

----- Não estava a dizer que a culpa era da Junta ou da Câmara. O PSD pediu que se encontrasse um sistema articulado. Por exemplo, isso era fácil de perceber, no momento em que se despejavam caixotes tinham imediatamente a seguir que ser lavados e a seguir as ruas tinham que estar a ser lavadas, antes do lixo regressar às ruas. Também não era normal aquilo que se via, que era o lixo despejado à volta dos caixotes e por vezes os caixotes não estavam completamente cheios. Havia também muita falta de

civismo por parte das pessoas que faziam esse tipo de lixarada e que não respeitavam os dias em que era só cartão ou os dias em que era só plástico. -----

----- O Senhor Presidente e a Junta tinham acompanhado as reuniões dos grupos de segurança, onde também se falava sobre isso. Havia um esforço de toda a sociedade que era preciso ser feito, desde a educação até tudo que era de proximidade, todos juntos poderiam fazer muito melhor. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que havia vários problemas que a moção do PS apresentava e que iria votar a favor porque concordava no geral. -----

----- A presença de uma empresa privada a varrer as ruas não só usurpava as competências da Junta de Freguesia, como ainda por cima era uma ação de propaganda. Não havia um intuito real de resolver o problema da cidade, porque se houvesse esse intuito real não seria com uma ação de propaganda, seria com a criação dos tais mecanismos para limpar a cidade que estava imunda. Os problemas do lixo eram em todo o lado e não era só no centro, se fossem ao Beato era igual, se fossem ao Rato a mesma coisa. Não era um problema localizado, era pela cidade inteira. -----

----- Havia um risco enorme de tentativa de privatização desse serviço público em que o Bloco de Esquerda se iria opor sempre. A limpeza das ruas tinha que ser da Câmara, se a Câmara Municipal tinha realmente interesse que tentasse contratar mais trabalhadores e pagar melhores salários, tentasse criar mecanismos de limpeza e de recolha do lixo diferentes para resolver o problema da cidade. -----

----- Essa ação de propaganda não passava exatamente disso, de uma ação de propaganda, não tinha qualquer intuito de resolver problema nenhum e, portanto, iria votar a favor da proposta do PS. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que ia fazer uma declaração depois de votar, mas depois dessa intervenção achava que tinha de falar. -----

----- Iriam votar a favor, mas o PCP já questionou a gestão de Moedas sobre essa situação incompreensível que preocupava pelo abrir de portas à externalização, concessão ou privatização dos serviços públicos da higiene urbana. -----

----- O PCP reiterava que foi a reforma administrativa feita em 2012 por PS e PSD que desarticulou o serviço de limpeza e higiene urbana. Havia insuficiente investimento, descoordenação dos serviços, falta de articulação entre a Câmara e as Juntas, falta de meios nas Juntas Freguesia em geral. Continuariam a defender que a Câmara voltasse a ter as suas competências nesse domínio e recuperar toda a capacidade de intervenção perdida, definindo essa área como prioridade no trabalho municipal, com mais trabalhadores, mais meios para assegurar e manter a cidade limpa. -----

----- Também tinha visto os trabalhadores da empresa privada andarem na rua e ficara surpreendida com os coletes da Câmara Municipal, ainda por cima em áreas que por acaso a Junta de Freguesia até tinha tido o cuidado de manter mais ou menos limpas. Tinha perguntado aos fiscais da higiene urbana que andavam a acompanhar esses trabalhadores naquele primeiro dia porque não iam limpar para os bairros, que era aí que havia muito lixo, não era propriamente no centro da cidade. Já os tinha encontrado depois, descansados da vida, com tudo limpo. Estavam a ver as montras nas calmas e também estaria no lugar deles, não tinham nada para varrer. -----

----- Era isso que não podia continuar. Fiscais da higiene urbana informaram que eram só 17 trabalhadores que andavam a fazer isso, que era só esse mês e que era uma experiência, mas essas coisas, fosse aquilo que fosse, tinham que trabalhar em conjunto com as Juntas, não podia ser o que cada um decidia e ia fazer isso. Só criava problemas, só criava muito mau ambiente de quem estava a gerir a Junta e quem estava a gerir a Câmara. Portanto, iriam votar a favor, tendo em conta essa declaração. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que tinha trocado as moções e queria esclarecer uma coisa. Viviam numa cidade rica, uma cidade que tinha imensos recursos, talvez nunca tivessem um Orçamento tão grande na Cidade de Lisboa e inclusive agora, como disse o colega da CDU, fazer experiências com a vida do cidadão era uma coisa complicada e grave porque lesava o erário público. O que tinham visto a Câmara Municipal fazer era experiências com a vida das pessoas na Freguesia e se devia elogiar era o trabalho dos funcionários da higiene urbana da Freguesia. -----

----- Ao contrário da colega do PSD, o que via na Freguesia era o lixo não ser recolhido. Via isso como via toda a gente na Freguesia e viam os funcionários da Junta a apanhar o lixo que não era recolhido pela Câmara e muitas vezes espalhado pelo chão, ou, nas escadas onde vivia, pela rua. A Câmara Municipal assumir através de uma entidade terceira, privada, com o erário público de todos, um serviço que a Câmara devia prestar parecia complicado que o PSD conseguisse defender. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, na qualidade de Membro eleito, disse que falando com uma parte significativa das pessoas com quem no dia a dia trabalhava, lidava e falava, ninguém na realidade conseguia fazer a distinção daquilo que era responsabilidade da Câmara ou responsabilidade das Juntas de Freguesia. As pessoas tinham todas na cabeça que a responsabilidade da recolha do lixo na cidade era da Câmara. -----

----- Nos últimos tempos tiveram capacidade de ouvir e a certa altura ouvir tantas vezes uma narrativa que uma parte das pessoas começou a aceitar que essa narrativa era verdade e que a responsabilidade na recolha do lixo na Cidade de Lisboa era partilhada entre as Juntas e a Câmara. Isso era errado. Não ia dizer que era falso, porque a pessoa que o dizia eventualmente podia ter tido má informação, mas era completamente errado.

----- O que ocorreu com um número para dois ou três órgãos de comunicação social acompanharem e testemunharem era um atestado de competência àquele que era o maior património que a Câmara Municipal que tinha e que eram os seus colaboradores, os seus funcionários e os seus dirigentes. -----

----- Se tinham um problema na cidade com a recolha do lixo com meios pesados, se a Câmara Municipal queria fazer uma experiência de andar a recolher beatas e papéis do espaço público para estar todos os dias um brinco com o esforço dos funcionários da Junta de Freguesia, mas também com o esforço de muitos funcionários municipais, era manifestamente falta de capacidade primeiro que tudo de fazer um diagnóstico do problema e depois manifesta expressão de não saber qual era o caminho que deviam percorrer. -----

----- Em miúdos muitas vezes aprenderam que, não sabendo para onde iam, qualquer caminho servia e parecia que nesse momento era o que existia na cidade com a questão do lixo. Não sabendo para qual caminho se ia, qualquer desculpa servia e qualquer narrativa servia, porque grande parte das pessoas que estavam em casa não sentiam e não conheciam o problema para o poder discutir. Portanto, aquele que mais vezes repetia aquela narrativa era, eventualmente, aquele que tinha razão. -----

----- A lavagem dos caixotes que estavam a falar era feita no prédio onde vivia pelos moradores através do expediente que queriam. Ali, no centro histórico, 99% dos problemas que tinham estavam associados a um outro problema que alguns acordaram tarde e outros ainda não acordaram para o problema. Chamava-se alojamento local, uma praga que invadiu a rua e o prédio onde crescera e quem lá vivia agora sentia-se inseguro, muitas vezes com o barulho e com os atos que aconteciam na casa onde a sua avó o criou ou na casa onde o seu pai viveu. -----

----- Esse era um problema em que, lamentavelmente, se calhar tinha uma vantagem em relação a alguns dos dirigentes municipais, sabia do que estava a falar e isso fazia uma diferença para todos os que estavam ali. Sentiam os problemas e sentindo os problemas sabiam do que falavam e procuravam solução, não procuravam desculpas. -----

----- Uma parte significativa daquela que tinha sido a narrativa do Município de Lisboa era uma narrativa de quem não sentia o problema, porque se sentisse o problema não agia assim. Não permitia que a sua avó ou os seus pais estivessem todos os dias com as ruas imundas, com falta de fiscalização, e não permitiam que o alojamento local fosse alvo de manifestações daquele que para si era o primeiro responsável e mais importante responsável da cidade, que era o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Tinha toda a liberdade de ir às manifestações que entendia enquanto cidadão, mas se preferia ir às manifestações de apoio aos proprietários e arrendatários de alojamento local, que não se esquecesse dos homens e das mulheres, as raízes dessa cidade. Se perdessem as raízes da cidade ele podia ser muita coisa na vida, mas lamentavelmente no tempo que ali passou não fez a função que os homens e as mulheres que livremente votaram nele e o elegeram para fazer, que era melhorar a cidade.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que agradecia oportunidade e agradecia ainda mais ter esperado por ouvir com toda a atenção. Na verdade, se não fosse o ataque dirigido ao atual Presidente da Câmara e fosse mais direcionado para o anterior, quando aprovaram 18 mil alojamentos locais de uma só vez, a verdade era que foi uma herança pesada do atual Executivo.-----

----- Em relação às raízes, essa semana foi profícua, desde a Assembleia Municipal até essa, irem lá acusar que a raiz do Presidente não era de Lisboa. Lembrava-se que ninguém era de Lisboa e toda a gente era de Lisboa. Tinha nascido em Lisboa, mas os seus pais não nasceram em Lisboa e os seus avós nunca viveram em Lisboa, como a maior parte das pessoas que tinham raízes à volta de Lisboa e muitas vezes no interior, no norte, no Algarve, mas que provavelmente na sua geração já nasceram em Lisboa ou no Porto, ou nas grandes cidades pela mobilidade geográfica que aconteceu na geração anterior e também muito devido à revolução que saudavam do 25 de Abril. -----

----- As raízes do Presidente da Câmara, apesar de ter nascido em Beja, eram portuguesas e como estudante lisboeta viveu ali muitos anos e sentia da mesma maneira que no seu caso sentia ou que sentia a sua mãe, que nasceu em Coimbra. Era o que sentiam os Senhores, que se calhar nalguns casos os pais nem nasceram lá. Alfama e Santa Maria Maior estava cheia de casas regionais, da Covilhã, do norte, do sul, a Casa do Alentejo, o que mais tinham eram casas regionais. Ainda agora tiveram as filarmónicas do país todo a desfilar para saudar o 1º de Dezembro. Portanto, era um país demasiado pequeno para atacarem as raízes de qualquer português. -----

----- Em relação a não haver destrinça entre as competências da Junta e da Câmara, havia destrinça e também nos milhões que a Junta recebia para responder a essa pressão turística, na resposta que dava em relação à higiene urbana. Havia destrinça e estava escrito, não iam ali tentar fingir que as coisas não eram assim, que a lavagem das ruas era competência da Junta. -----

----- O que ainda não tinha percebido e era uma zona cinzenta, de quem era a lavagem dos caixotes propriamente dita e uma lavagem em condições, por fora e por dentro. Aceitava que fosse a Câmara, mas a deservagem e tudo isso era da Junta. Portanto, era um problema de sistema, não adiantava estar a acusar a Câmara e a acusar a Junta, o que interessava era encontrar um sistema devidamente articulado entre todos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, na qualidade de Membro eleito pelo PS, disse que não resistia a fazer uma segunda intervenção muito simples e rápida para esclarecer: -----

----- Ponto um, não tinha atacado e se tivesse necessidade faria dentro das regras de urbanidade adequadas à atividade política. Não tinha atacado nem as raízes nem nada que representasse a figura de alguém que para si tinha muito respeito, o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Ponto dois, felizmente que os seus pais e os seus avós conseguiram fazer um 25 de Abril, porque toda a narrativa política que tinha estado a assistir nos últimos tempos era de uma gravidade que, sinceramente, começava a ter preocupação sobre a liberdade que os seus filhos iriam ter. Se olhassem com muita sinceridade para a quantidade de propaganda que todos os dias os invadia no espaço público, se fosse no computador de cada um enviariam para um espaço que era o spam, a publicidade indesejável. -----

----- Tinha ido do trabalho para ali e contava mais de 20 plataformas a fazer publicidade feliz à Câmara Municipal de Lisboa e às atividades que desenvolvia, mas não a tinha pedido. Respeitava, porque estavam em democracia, mas aquilo que a Eleita do PSD disse não era o seu pensamento e não o representava. Havia só uma matéria que pedia para ter presente, que a sua primeira obrigação era com as pessoas que viviam ali e o elegeram. Essa Assembleia de Freguesia no mandato anterior por várias vezes foi a primeira voz, às vezes isolada na cidade, contra as opiniões que o anterior Presidente da Câmara tinha, porque o compromisso moral e ético que tinham era com os eleitos, com os fregueses, com os comerciantes, os que viviam e trabalhavam nessa Freguesia. -----

----- Quem criticou no passado o anterior Presidente da Câmara tinha a mesma autoridade e a mesma legitimidade eleitoral que tinham para criticar alguma coisa que não corresse bem no atual mandato. Não era por ser de outro partido e uma pessoa extraordinária que deixava de ter essa prerrogativa de ser criticado, porque também quem não queria ser criticado eventualmente não estaria disponível para exercer funções nem cargos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer ao Partido Socialista, o seu partido, por ter apresentado essa moção que correspondia a uma preocupação que tinha manifestado publicamente e não só. -----

----- Queria corrigir uma narrativa que já tinha ouvido na Assembleia Municipal e agora pela Eleita do PSD sobre o alojamento local. Nenhum anterior Executivo autorizou 18 mil alojamentos locais na Cidade de Lisboa e, portanto, queria pedir que se documentasse nesse caso um bocadinho melhor para não estarem ali a induzir em erro, certamente involuntário, seria apenas desinformação, mas queria pedir que estudasse melhor porque o alojamento local era uma atividade não passível de se pedir licenciamento, era o licenciamento zero. -----

----- O licenciamento zero implicava que um investidor, um cidadão, um grupo económico registasse aquele alojamento local, pagasse a taxa ao serviço respetivo que era na Direção-Geral do Turismo, nem sequer era na Câmara, e depois tinham um alojamento local a funcionar. -----

----- Foi através dessa Freguesia, numa iniciativa que fizeram em 2018 chamada “Rostos dos Despejos”, foi a partir daí que o Presidente António Costa, que era Primeiro-Ministro, percebeu que havia ali uma grande dificuldade e que ele próprio estava no caminho errado, a partir dessa altura foi feita legislação na Assembleia da República pelo PS, pelo BE, pelo PCP, que introduziram algumas alterações e as câmaras municipais puderam passar a ter um papel importante na contenção do alojamento local. Daí depois as zonas de contenção e terem chegado até ao ponto em

que Santa Maria Maior, muito também por pressão sua, teoricamente na Lei era proibido haver mais um único alojamento local. -----

----- As câmaras já tinham um papel, mas o mal já estava feito, que foi o licenciamento zero por acaso criado para essa área específica na altura do Governo do PSD e do Primeiro-Ministro Passos Coelho, era Secretário de Estado do Turismo o membro do CDS-PP Adolfo Mesquita Nunes. Tivera até um debate com ele sobre essa questão.----

----- Queria fazer essa correção porque essa narrativa não era correta e começava a surgir agora, que o anterior Presidente da Câmara criou 18 mil alojamentos locais. Isso era falso, não criou, era um licenciamento zero. Aplicava-se o mesmo em relação aos tuc-tuc, era licenciamento zero e enquanto gestores da cidade tinham um problema com essa legislação, que era desadequada para os tempos que corriam em relação à qualidade de vida das pessoas.-----

----- Para a Junta de Freguesia e para si não havia bons e maus trabalhadores, eram bons trabalhadores da Câmara e eram bons trabalhadores da Junta de Freguesia, essa era a primeira questão que queria dizer. O que achava era que havia uma má organização na Câmara de direção em relação a isso, porque ao contrário do que disse ali a representante do PCP e que discordava, o problema não era a reforma administrativa, o problema era que a Câmara não tinha feito bem o seu trabalho por dificuldades de gestão e de direção do Senhor Presidente da Câmara, ou os responsáveis da Câmara, em vez de resolverem um problema de organização interna resolveram durante um mês, porque pelo que sabia essa empresa privada só ia estar ali um mês, pôr ali 60 pessoas na rua a fazer um trabalho que já faziam e bem os trabalhadores da Junta de Freguesia.----

----- Quase diria ironicamente que qualquer dia tinha que dispensar os trabalhadores da Junta de Freguesia porque a Câmara estava a fazer o trabalho deles. Era uma desconsideração para com quem cumpria diariamente o seu papel e o seu trabalho. -----

----- Admitindo que isso tinha que ter uma discussão muito grande e obrigatoriamente a participação do sindicato, admitindo que se pudesse discutir em teoria se havia serviços ou não serviços em particular que pudessem ou não ser privatizados, não era essa a questão, o que era impensável era a Câmara fazer isso sem falar com a Junta de Freguesia, dizerem que iam dar uma ajudinha e a Junta até podia dizer que num sítio não, mas no outro podiam dar. -----

----- Por outro lado, sem ter falado com os sindicatos, o que também era um desrespeito muito grande em relação à organização sindical. Sempre tinha dito que os sindicatos eram indispensáveis à democracia. Podiam discordar com uma luta em concreto, podiam isso tudo, mas no dia em que não houvesse sindicalismo livre no país não haveria democracia.-----

----- Era duplamente uma desconsideração e lamentava, também tinha a ver com a moção a seguir apresentada pelo PS, queria-lhe parecer que havia uma espécie de bullying sobre a Freguesia de Santa Maria Maior. De repente a Câmara aparecia a fazer coisas sem dar “cavaco” à Junta e que eram da Junta e achava inacreditável, até porque tinha tido até aí um diálogo correto e institucional com o Senhor Presidente da Câmara, já tendo dado provas que tinha independência de espírito até para se zangar com o seu próprio partido quando achava que estava a fazer coisas erradas. -----

----- Tinha-se demitido da quinta comissão da Assembleia Municipal, em que era o Presidente da comissão de habitação, porque não concordava que o seu partido pusesse em causa a carta municipal de habitação. Tinha dado provas da sua independência várias vezes, porque punha sempre em primeiro lugar os interesses da cidade, acima dos interesses da luta partidária, embora também não houvesse democracia política sem

partidos políticos. Tinham também que ser claros em relação a isso, porque estruturavam a opinião pública e não havia outra forma de estruturar a opinião pública.

----- Nessa perspectiva queria dizer que achava essa moção muito feliz, porque era mesmo uma usurpação de competências, mesmo que pudesse resultar numa melhoria momentânea de uma dificuldade que se podia passar. Ali passavam 300 mil pessoas e, portanto, quando a Câmara tinha ali uma empresa privada a trabalhar um mês era porque sabia que não conseguiria ter ali durante doze meses. Se havia um problema, ele ia subsistir. -----

----- Era pura utopia pensar-se que a Câmara ou qualquer Junta podia lavar as ruas todos os dias. Em primeiro lugar por razões ambientais, não havia água. A água que consumiam ali era toda potável e era preciso preservar a água. Estava-se a atravessar secas constantes e lá porque choveu muito no último mês não podiam pensar que a situação hídrica estava salvaguardada no país, porque não estava. Não havia água e tinham que ter a responsabilidade de usar bem a água, usar nas zonas mais castigadas pela presença de pessoas, mas era pura utopia dizer-se que estavam a varrer e a lavar atrás. Isso era de quem ainda não estudou nada do que era essa tarefa, do que era esse trabalho e aquilo que devia ou não ser feito. -----

----- Atualmente a água era um dos recursos mais importantes que importava preservar no país e se exigiam que a Junta lavasse todos os dias, isso era impossível e não lavavam por razões ambientais. -----

----- Estava no site o mapa de lavagens da Junta, onde lavavam e quando lavavam. Depois tinham brigadas especiais para ir lavar zonas concretas que naquele momento ficavam muito difíceis. Havia brigadas especiais para isso e bem visíveis. -----

----- Portanto, queria agradecer mais uma vez essa moção, essa advertência, esse grito de alma que estavam a ter, que era o duplo desrespeito, tanto pelo Executivo da Junta como para com a reforma administrativa e para com as Leis, se não gostassem de uma Lei ela tinha que ser cumprida, como para com os trabalhadores da Junta de Freguesia, que só podia dizer bem deles. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Moção “Usurpação de competências”, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE), 1 voto contra (PSD) e 1 abstenção (Ind) -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Face ao desrespeito pela autonomia política e jurídica da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior* -----

----- *No passado dia 27 de novembro, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior recebeu um ofício assinado pelo Diretor Municipal do Património, onde foi confrontada com a cessação do contrato de comodato referente às instalações da Junta na Rua Vítor Cordon, n.º 20-22, que foram cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa em auto de transferência de competências na sequência da Reforma Administrativa de Lisboa.* -----

----- *Nesta comunicação, permitia-se o Diretor Municipal do Património a tecer considerações sobre a forma como a Junta deveria usar as referidas instalações, as quais refletem uma inaceitável intromissão nas competências próprias desta Junta de Freguesia que, recorda-se, tem autonomia jurídica e política face à Câmara Municipal e tem a mesma legitimidade que esta, uma vez que também se trata de um órgão eleito pela população.* -----

----- Nesse mesmo dia, em sessão pública de reunião de Câmara, o Sr. Presidente da Câmara anuncia "com pompa e circunstância" ter resolvido o problema das instalações da Academia dos Amadores de Música, anunciando que a mesma iria para as instalações da Junta de Freguesia e que, para tal, contava com a "boa vontade do Sr. Presidente de Junta" de Freguesia, o qual nunca foi previamente consultado sobre a viabilidade desta solução. -----

----- Estes factos sustentam a conclusão de que o Sr. Presidente da Câmara mandou despejar para depois anunciar uma solução para a qual efetivamente não estava habilitado. -----

----- Em comunicado, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior já anunciou não aceitar essa rescisão unilateral de contrato, mas anunciou também estar disponível para ajudar a Câmara Municipal de Lisboa a encontrar uma solução — disponibilidade que, até ao momento, não recebeu nenhuma resposta por parte da Câmara. -----

----- Após reunião, por solicitação da Junta, com a Academia dos Amadores de Música, foi acentuada por parte da Junta a inviabilidade desta tentativa do Sr. Presidente da Câmara de anunciar uma solução que se escusou a garantir previamente e foram identificadas as instalações da antiga Escola Veiga Beirão como espaço para acomodar a Academia dos Amadores de Música. -----

----- Face a estes acontecimentos, o Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 12 de dezembro de 2024, delibere: -----

----- 1- Repudiar esta tentativa de ingerência de um serviço municipal na autonomia política e jurídica da Junta de Freguesia; -----

----- 2- Manifestar toda a solidariedade para com a Academia de Amadores de Música, instando-se o Sr. Presidente da Câmara a dedicar-se com empenho para uma solução e não a um mero exercício de retórica, porventura para arrancar um aplauso mediático, mas que não foi feito com um mínimo de consistência ou consenso; -----

----- 3- Seja dado conhecimento desta moção à Assembleia Municipal de Lisboa e aos grupos políticos eleitos, à Câmara Municipal de Lisboa, à Academia dos Amadores de Música e aos órgãos de comunicação social. -----

----- Lisboa, 10 de dezembro de 2024 -----

----- PI' O Grupo do Partido Socialista Carlos Dias Torres ----- ”

----- Disse que era a continuidade de uma situação descrita ali anteriormente. Contudo, importava salvaguardar a Academia dos Amadores de Música. Agradecia ao Senhor Presidente por nesse dia ter acompanhado a Academia, não tivera oportunidade e muito gostaria. Era mais uma trapalhada, não do Senhor Presidente da Câmara, mas de toda a Câmara, envolvendo o diretor... tinha pena que os serviços da Câmara aí fossem envolvidos. -----

----- Outro dos problemas que tinham na Freguesia era também a habitação e nesse caso a Junta de Freguesia era despejada literalmente. Isso era uma coisa grave, inaceitável e não devia acontecer. A cooperação era institucional, era legal e estava prevista, a colaboração era fundamental para que levassem a bom rumo todo o trabalho que era desenvolvido por essa Junta de Freguesia que ali tinham obrigação de defender e que no dia a dia como eleitos deviam defender, que viam atropelada dessa forma brutal pela Câmara Municipal e pela direção do património. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que queriam solicitar a votação ponto por ponto e deixar gravado o seguinte: -----

----- Essa situação era conhecida há bastante tempo e existia a necessidade imperiosa de que a Câmara ou o Governo assumissem as suas responsabilidades. A Junta de Freguesia, por motivos óbvios, tinha que ser parte ativa do encontrar soluções. Havia várias possibilidades que o PCP também já sugeriu em reunião de Câmara, como a escola Veiga Beirão da responsabilidade do Governo ou o Parque Mayer da responsabilidade da Câmara, mas a verdade era que as respostas não existiam e por isso a Junta de Freguesia tinha também que assumir as suas responsabilidades na ajuda à solução. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse pensar que a reforma administrativa tinha por objetivo a gestão dos recursos do Estado, porque o património público não era dos governos, nem das câmaras municipais, nem das juntas de freguesia. Era de todos, era público e esses recursos deviam ser bem usados. Onze anos mereciam uma avaliação e era legítimo que houvesse essa avaliação, não ia pôr em causa os serviços da Câmara Municipal, também percebia que tendo a Junta esse contrato de comodato nenhum autarca de Junta de Freguesia estaria à espera que acabasse o contrato unilateralmente.

----- Do ponto de vista daquilo que foi pedido aos serviços da Câmara Municipal, estava mesmo a ver o que aconteceu, mas vissem num património que fosse possível para essa população, para esse negócio cultural ou indústria cultural, com esse serviço cultural que tinha empregos, tinha uma geografia e uma população, que estava rodeada de teatros, de transportes, metro, etc., esperava que se conseguisse encontrar um espaço nessa Freguesia. -----

----- Não ia comentar processos que não tinha acompanhado de perto e não sabia os detalhes. Não era a si que cabia e iria escusar disso. Percebia que havia várias maneiras de tratar dos problemas e tinha que ser sempre em articulação, mas o facto era que a Câmara arranjou uma solução possível, independentemente da maneira como articulou com a Junta ou não encontrou uma solução possível. -----

----- Era desesperante, a indemnização que aquela instituição recebia não chegava para ter uma estrutura para continuar a garantir o ensino de música erudita e o futuro desses jovens, desses adultos e dessas crianças continuar em música erudita, que garantisse as condições que estavam garantidas até aí. Era preciso um espaço com uma certa estabilidade, dimensão, havia uma série de critérios. -----

----- Já tinha havido tempo para isso e sabia que o Presidente e a Junta queriam dar essa solução. O PSD achava importante essa geografia, fazia parte do modelo dessa garantia. Portanto, perguntava qual era a solução que a Junta pensou, qual a solução que a Junta via para ali. Ia sair da discussão dessa moção, estava a perguntar diretamente qual a solução que a Junta de Freguesia pensava ser possível ali na Freguesia para oferecer à Academia de Amadores de Música. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que os edifícios eram efetivamente do Estado e efetivamente das Câmaras ou das Juntas de Freguesia, que por sua vez eram das pessoas. O Estado era uma forma de organização coletiva e quando os edifícios eram desses organismos seria importante respeitar a quem pertenciam. A Câmara Municipal não podia usurpar uma Junta de Freguesia, como o Estado não podia usurpar uma Câmara Municipal, etc. As coisas tinham regras e eram para cumprir. -----

----- Sobre as geografias, concordava que a Escola de Amadores de Música devia ficar ali, naturalmente, mas a questão das geografias ia dependendo de caso para caso. A música erudita era importante ficar nessa geografia, quando eram pessoas em situação de sem-abrigo já se podiam mandar para outras geografias das zonas periféricas da cidade, mesmo as pessoas tendo ali raízes e as suas ligações. Portanto, as geografias iam mudando consoante o tema. -----

----- Aquilo que a Câmara Municipal fez foi mais uma vez arranjar uma solução atabalhoada, sem respeitar a cidade e as pessoas que lá moravam, como já fez anteriormente e como tinha feito várias vezes. Portanto, teriam que votar a favor dessa moção do Partido Socialista porque realmente a Câmara Municipal não podia usar um espaço que ainda por cima estava a ser utilizado, não se tratava de um espaço devoluto da Junta de Freguesia onde se poderia encontrar uma solução. -----

----- Nem sabia e gostava de ter esse esclarecimento, se aquele espaço podia ser utilizado para isso, se as coisas que lá estavam podiam mudar de sítio, saber como estaria essa situação toda, mas sabiam que as coisas não podiam ser feitas dessa forma. Não se podia impor a órgãos democráticos aquilo que lhes apetecia, porque lhes apetecia que fosse ali. As coisas não podiam ser feitas assim, que tinha que haver respeito e uma sinergia. -----

----- Falava-se em relação ao lixo que tinha que haver uma ligação entre a Junta e a Câmara, mas depois para esse assunto já não era preciso falar com ninguém, era só fazer. As coisas não podiam ser assim, sem rei nem roque. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que esse assunto fazia lembrar a última apresentação do plano de mobilidade e a história dos semáforos. Tinham dois semáforos que não funcionavam na Baixa de Lisboa, com o risco de acidentes, porque houve um burocrata qualquer dentro da Câmara Municipal de Lisboa que se lembrou de dizer que aquilo era prejudicial ao tráfego. Parecia que agora também houve um burocrata qualquer da Câmara Municipal de Lisboa que quando esse problema se colocou lá foi aos arquivos e descobriu aquelas instalações, que por acaso até eram as instalações da antiga Junta de Freguesia, onde tinha sido Membro da Assembleia e do Executivo. -----

----- Esse era o problema, deixar ao critério dos burocratas aquilo que devia ser resolvido pelos políticos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, na qualidade de Membro eleito pelo PS, disse que concordava e subscrevia essa última afirmação do Eleito Jorge Garcia. -----

----- Havia momentos em que o chefe máximo do pessoal menor determinava o sentido de muita coisa e ali o chefe máximo do pessoal menor determinou o total desrespeito pelo poder local, determinou e de algum modo diminuiu o prestígio e a credibilidade do Município onde ele exercia funções sem ter, do seu ponto de vista eventualmente excessivo, admitia, a mínima repreensão em público e não ter feito sequer o tratamento de toda a ofensa que provocou, não só a essa Freguesia, mas a todo o conjunto daquilo que era o poder autárquico, democrático e eleito. Tinha responsabilidades e deveres. ---

----- Eram duas personalidades que importava salvaguardar e preservar. Uma, importantíssima para todos, era a Academia, que tinha de ser apoiada com descrição, não devia em nenhum momento servir de atalho ou de acha para a fogueira. A descrição era necessária muitas das vezes, mesmo que fosse um dirigente de primeiro linha do Município. Depois havia também a necessidade de preservar a figura, a credibilidade e a respeitabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que não podia ter informação inadequada, incorreta e dizer numa reunião pública de Câmara algo que não correspondia ao trato e à prática política correta. -----

----- Muitas vezes era mais fácil vestir as calças dos outros para sentir os problemas. Se essa situação não tivesse ocorrido numa Freguesia que eventualmente para os serviços era uma Freguesia em que aceitavam que tudo se podia concretizar, mas se tivesse sido organizada numa outra Freguesia da Cidade de Lisboa que não fosse presidida por alguém que os serviços não respeitavam, porque só assim imaginava e justificava o que fizeram, gostava de entender qual era a identificação moral e ética, a censura moral e

ética que os eleitos desse partido iriam fazer e o que exigiriam a todos aqueles que defendiam e acreditavam no 25 de Abril e também lutaram pelo 25 de Novembro.-----

----- Se tinham um conjunto de argumentação pública que na realidade nada era mais do que algo para não resolver, não queria identificar uma solução que fosse impossível, mas parecia-lhe por demais evidente que quem liderava o Município de Lisboa tinha dimensão pessoal e humana para encontrar a solução. Podia precisar de uma solução temporária, admitia que sim, mas tinham na faixa ribeirinha da Cidade de Lisboa um conjunto de equipamentos que estavam a ser edificados e tinham bastante área que permitia a identificação dos elementos que fossem a coesão do território e que lutassem também contra o excesso de turistificação.-----

----- Não querendo encontrar uma solução que fosse impossível, queria apenas que eventualmente a Eleita Sandra Gadanho, através das funções que desempenhou antes de ir para ali, solicitasse aos serviços para verificar se era possível construir naquele eixo a seguir à parte turística, se não era necessário construir um edifício como tinha mais à frente dois ou três arrendados para colocar lá a academia. Dariam as condições adequadas, era feito de raiz, pensado para o futuro e não estavam a atamancar uma solução numa zona que em breve trecho todos iriam ter a responsabilidade de evitar a circulação de transportes.-----

----- No espaço que estava identificado, mais dia ou menos dia iriam deixar de ter capacidade de lá chegar através do veículo individual e teriam que encontrar outras soluções. Aquele eixo entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia tinha barcos para os miúdos que viessem da outra margem, tinha o metro, tinha os comboios em Santa Apolónia, tinha os autocarros. Muitas das vezes não encontravam solução porque não pretendiam.-----

----- Não querendo com isso estar a encontrar outros espaços de cabeça, tinha ideia que existia um edifício extraordinário que fazia fronteira entre a Avenida Infante Dom Henrique e o Largo Chafariz de Dentro, que se quisessem também podia ser avaliado para ser uma solução. Chamava-se Alfândega de Lisboa.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que também queria agradecer essa moção e esclarecer que para além da Academia de Amadores de Música tinham também uma questão de fundo e de princípio.-----

----- Também queria ser claro em relação a uma afirmação. Nenhuma Junta de Freguesia tinha responsabilidades na resolução de um problema desse género, porque não era dona de património. Era bom que isso se esclarecesse.-----

----- Em segundo lugar, em todas as Juntas de Freguesia as suas instalações eram municipais, geridas pelas Juntas através de um contrato de comodato feito de boa-fé e de livre fé e a maior parte delas transitaram para as Juntas quando da reforma administrativa. Portanto, não foi um contrato de comodato avulso, foi mais para exercerem as competências que cumpriam por Lei, passavam-lhes essas instalações. Até era bom que isso ficasse claro ali.-----

----- Indo aos factos, no dia 27 às 16:02 entrava um e-mail na Junta assinado pelo diretor municipal do património e que dizia, resumindo, que como tratavam mal aquele edifício rompiam o contrato de comodato e tinham três meses para sair. Tinha visto aquilo e comentara com os seus colaboradores que o sujeito devia estar doido, não sabia o que era uma Junta de Freguesia.-----

----- Às seis da tarde era alertado com essas notícias nos telemóveis. em que se via o Expresso, que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa anunciava solução para a Academia de Amadores de Música, ia ser no Chiado, no edifício tal, e agora contava com boa vontade do Senhor Presidente da Junta. Estava sentado e não tinha caído de

espanto, mas foi a primeira vez que tinha ouvido falar nesse assunto e embora tivesse uma elevada consideração pelo Senhor Presidente da Câmara entendera que lhe estava a passar uma rasteira, ou que teria falado consigo e já não se lembrava, mas num caso dessa envergadura certamente que lembraria, ou então estava a fazer um anúncio para ter um bom momento mediático e sabendo que não estava resolvido o assunto. -----

----- Naturalmente que tinha somado dois mais dois, ofício à tarde a dizer que estava despejado e o Presidente da Câmara a dizer que agora ia para ali e contava com a boa vontade do Presidente da Junta, como podiam calcular isso era uma machadada na regulação institucional que foi criada de cordialidade e confiança que as instituições deviam ter. -----

----- Por outro lado também queria dizer uma coisa, não sabia como um diretor municipal, que era um funcionário público, estava a exercer um cargo público, se pôde pronunciar sobre uma boa ou uma má utilização de um órgão autárquico político independente daquele para o qual ele trabalhava. Quando muito podia comunicar à sua tutela política, a Câmara Municipal, para falar com o eleito do outro lado e manifestar essa opinião. -----

----- Com a atual gestão nunca teve que dizer, mas na anterior gestão municipal tivera que dizer a vários técnicos que com todo respeito não iria discutir as suas opções com eles, discutia com o Senhor Presidente ou com o Senhor Vereador da Câmara Municipal porque era assim a relação entre o poder político, de igual para igual. -----

----- Nenhuma Junta podia permitir que um funcionário público criticasse uma decisão política. Podia fazer a nível pessoal, no seu facebook, na sua rede social, no seu partido, isso era outra coisa, mas enquanto diretor municipal e funcionário permitir-se dizer que uma Junta estava a fazer mal no uso que era responsabilidade dessa Junta, isso não aceitava e duvidava que houvesse algum Presidente de Junta da cidade, fosse de que partido fosse, que pudesse aceitar. Aliás, só tinha recebido manifestações de solidariedade pessoal de todos os seus colegas, que naturalmente não as podiam tornar públicas, mas tinha recebido. -----

----- Abria-se aí um precedente, porque a partir de agora todo o património de comodato na Junta estava sujeito à conveniência de uma qualquer maioria política que pudesse surgir para o futuro. Toda a gente percebeu que lhe podia cair a mesma coisa quando havia ali um princípio sagrado, as Juntas eram Juntas, a Câmara era a Câmara. Esse era o primeiro ponto que queria esclarecer muito claramente. -----

----- Claro que estava interessado e tinha uma grande consideração pela Academia de Amadores de Música, que ainda no dia anterior estivera presente no concerto de Natal da Junta de Freguesia, como esteve no passado, como tinha estado sempre, porque havia uma relação muito forte com eles e chamaram-lhes a atenção para esse problema dois anos atrás. -----

----- Também já tinha contactado o Senhor Presidente da Câmara, onde lhe disse que fez mal, para ali era impossível, estava disponível para fazer parte da solução e que conversassem. Até agora ainda não quiseram conversar consigo. Claro que estava disponível para ajudar a Câmara a resolver o problema que era da Câmara, não era da Junta, mas não cometia a indelicadeza de fazer com o Senhor Presidente da Câmara aquilo que ele fez consigo, “tenho aqui uma boa solução e agora conto com a boa vontade dele”. -----

----- Até tinha propostas para apresentar ao Senhor Presidente da Câmara, mas iria apresentar pessoalmente, não ia colocar na praça pública para depois ele dizer que o fulano estava a mandar-lhe um recado. Não ia fazer essa indelicadeza que ele teve consigo, acreditava que involuntariamente, mas fez e de facto havia aí um efeito

político, porque ele resolveu e o outro era um malandro que agora não queria ajudar a resolver, só que não resolveu nada.-----

----- Era preciso perceber essa questão, estava disponível para falar com a Câmara, iria falar com a Câmara para tentarem encontrar uma solução.-----

----- A terceira coisa que queria dizer era que uma Junta de Freguesia tinha inúmeras responsabilidades políticas, administrativas e legais. Estavam em 2013 eleitos há um mês, ainda estavam a instalar uma nova Junta, a uniformizar onde ficavam os funcionários, a ver como se passavam os atestados de residência, cobravam valores diferentes ou não cobravam dinheiro, os horários, estavam a uniformizar isso quando receberam um ofício da Torre do Tombo, arquivo nacional, a dizer que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior ia ser inspecionada para ver como tinha os seus arquivos. Eram muitas Juntas antigas, estavam preocupados com essas coisas, ainda nem sequer estavam a sonhar com os arquivos e já queriam ir ali fiscalizar os arquivos. Foram e foi muito útil, foram numa atitude construtiva para ensinar, estiveram um mês na Freguesia a ver tudo, a percorrer as antigas Juntas, disseram que havia ali coisas de grande valor e muito importantes. De facto, algumas Juntas tinham aquilo muito bem conservado, organizado, documentos espantosos ainda do tempo do Estado Novo, documentos de valor histórico importantes para os estudantes.-----

----- No entanto, disseram-lhes que tinham que conservar isso a uma certa temperatura, climatizado, ou levavam uma multa muito grande. Portanto, tinham esse edifício dedicado ao arquivo, do qual iam também fazer um museu com espaço para consulta de estudantes, cientistas, tudo isso, para que estivesse ao serviço de uma componente importante e onde também tinha um gabinete.-----

----- Era com grande pesar que tinha voltado a receber um ofício da direção do património, a dizer que queriam ir lá segunda-feira e não ia permitir que eles entrassem lá dentro, queria já dizer isso. Permitiram-se convocar para ali a OPART e a Academia de Amadores de Música para a casa da Junta, era como se dissesse agora que iam todos para casa do Senhor Presidente da Assembleia Sérgio Cintra ver um jogo de futebol, ou se dissesse a propósito da partida que o Senhor Presidente da Câmara fez, involuntariamente, mas que o deixou mal colocado, se dissesse que resolvia o problema dos sem-abrigo que estavam ali à volta e iam todos dormir para casa da Senhora Eleita do PSD e contava com a boa vontade dela. As as coisas não eram assim.-----

----- Queriam resolver o problema da Academia dos Amadores de Música, mas não podia ser assim como o Senhor Presidente da Câmara idealizou, porque era completamente irrealista e impossível.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Face ao desrespeito pela autonomia política e jurídica da Junta de freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e Ind.), 1 voto contra (PSD) e 3 abstenções (PCP e BE)-----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que queria deixar uma nota, era importante as pessoas saberem que essa Junta de Freguesia alugava edifícios para desempenhar a sua função e a Câmara, quando tirava os edifícios, estava a mexer no Orçamento da Junta de Freguesia que ali iria ser discutido mais à frente e tinha implicações no apoio social às famílias.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Face ao desrespeito pela autonomia política e jurídica da Junta de freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PCP, BE e Ind.) e 1 voto contra (PSD)-----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Face ao desrespeito pela autonomia política e jurídica da Junta de freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PCP, BE e Ind,) e 1 voto contra (PSD) -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- *Pela não alienação do património do Estado e pelo seu uso para a criação de casas de renda acessível* -----

----- *O Governo pretende vender 19 imóveis do Estado, situados em Lisboa, em 2025. A totalidade destes imóveis ocupa uma área de 96 mil metros quadrados, ou seja, imóveis com a capacidade de serem reabilitados e criarem 1000 casas de habitação pública a preços acessíveis em Lisboa.* -----

----- *Esta estratégia de alienação do património público é errada, porque retira ao Estado ferramentas para enfrentar a crise na habitação e porque alimenta a especulação imobiliária, contribuindo, isso sim, para a subida do preço das habitações.*

-----*O Orçamento de Estado para 2025 prevê a descida de vários impostos, nomeadamente às grandes empresas e às pessoas com maiores rendimentos, pelo que a alienação de património público para financiar essa descida de impostos é alimentar a desigualdade social.* -----

----- *Pelo contrário, esses imóveis devem ser postos ao serviço das pessoas, criando habitação a preços acessíveis para as pessoas com rendimentos baixos e médios.* -----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 12 de Dezembro de 2024, delibera:*-----

----- *1. A não alienar património público com capacidade de se tornar habitação a preços acessíveis.* -----

----- *2. Reabilitar o património público para criar casas com rendas acessíveis para as pessoas com rendimentos baixos e médios.* -----

----- *Lisboa, 12 de dezembro de 2024*-----

----- *Pelas eleitas/os pelo Bloco de Esquerda* -----”

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que em princípio também era contra a alienação de património que pudesse ser reabilitado para habitação, para arrendamento ou venda a preço acessível. Nesse caso estavam a falar de uma coisa genérica e que não estava identificada, não fazia a mínima ideia se esse dito património estava em condições de ser reabilitado e se era possível a custos comportáveis fazer essa reabilitação. -----

----- Não era quem o dizia, era Luísa Salgueiro, Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que dizia estarem 26 mil imóveis ao abrigo do Primeiro Direito em risco de não serem concluídos até 30 de junho de 2026 e assim perderem financiamento a 100% do PRR.-----

----- Pelo país fora e também em Lisboa tinham um elevado número de concursos desertos por custos de execução desajustados e um organismo público como o IHRU sem ter a mínima capacidade de avaliação e de acompanhar candidaturas. -----

----- Isso só para deixar claro que não havia ninguém que estivesse a favor da alienação de património, mas tinham que perceber casos concretos, identificá-los e saber se estavam em condições ou não de ser reabilitados e a que custo, porque também importaria saber quem pagava e que certamente deveria avaliar se era possível ou não essa reabilitação do património que, mais uma vez dizia, não estava ali identificado. ---

----- Por outro lado, havia os concursos desertos por desajustamento dos custos de produção, tinham falta de mão-de-obra, tinham falta de empresas de construção. Portanto, essa história de estar a atirar grandes princípios para o ar, que os malandros

iam alienar património, naturalmente eles seriam malandros se o património fosse passível de reabilitar em condições e custos comportáveis. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que subscrevia as palavras do eleito Jorge Garcia, para dizer que estavam a decorrer algumas operações lentas, com décadas de património que não foi alienado e algo até foi expropriado supostamente para renda acessível, para ser feito com parceiros privados e não foi o atual Executivo que começou esse processo. Era tão difícil que deu bola, zero casas, esse tipo de operações.

----- A construção ao balde nos centros históricos era muito cara e não era por isso que não se ia fazer habitação pública nos centros históricos, decisão do atual Executivo, mas ninguém estava contente. Era difícil levar os parceiros, porque construir no centro histórico era muito mais requintado, muito mais exigente. Além dos projetos, era preciso tempo para fazer projetos de estabilização das pré-existências, levantamentos, sondagens, de repente era preciso respeitar uma série de regras de conservação do património. Isso era muito mais exigente e levava ao elevado custo. -----

----- As empresas que forneciam os serviços, desde os projetos que não estavam contemplados como supplys para conseguirem ter IVA a 6%, os honorários de projetistas bastante elevados, porque eram anexados em percentagem ao valor total do custo da obra, não tinham direito a 6%. Portanto, havia ali medidas que até iam de uma diretiva europeia que estava a precisar de um pedido de esclarecimentos da Ordem dos Arquitetos, qual a razão dos projetos não poderem ser considerados como supply nos três anexos dessa diretiva europeia para um IVA que a Europa até dizia que era 5% e não 6%. -----

----- Havia uma data de matérias que tornavam inviável o PSD subscrever uma generalidade dessas, porque a realidade não se coadunava. Essa moção era de outro planeta, não era do mundo real e já chegava de ideologia nessa matéria. Tinham que ser um bocado realistas, havia pressa para fazer habitação, houve muitos equívocos no passado e estavam a precisar de um caudal brutal, que não era perfeito, mas era a mesma urgência que havia nos anos 90, o tal programa especial de realojamento que gerou 136 mil fogos. Agora andavam nessa escala outra vez, mas não era necessário se tivessem acompanhado a prática europeia, dos países pobres, dos médios e dos ricos. Não havia nenhum país europeu que não tivesse uma percentagem de habitação pública muito maior do que a portuguesa, pelo menos com mais um dígito. -----

----- Era um problema muito técnico e difícil por vezes para os políticos passarem a especificidade sem serem chatos, mas era mesmo assim. Isso não era nada que se pudesse fazer com slogans nem com facilitismos, nem com varinhas mágicas. Eram números, factos, caso a caso encontrar padrões. -----

----- Tinham o maior património disponível em Lisboa desde o Duarte Pacheco e o que perguntava era de que estariam a falar, que edifícios, de que altura. Era um número infinito de possibilidades e um mundo infinito de respostas. Jamais poderiam aceitar uma moção escrita dessa maneira. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, entre outras coisas, era seu dever a certa altura tentar entender o que estava em causa e tivera curiosidade de o fazer quando a proposta foi feita... na Rua Professor Gomes Teixeira, número 2, tinha 10.852 metros quadrados; na Avenida Infante Santos mais 10.150 metros quadrados; na Rua do Século, 51, 9.120 metros quadrados; na Avenida Leite de Vasconcelos, que era Amadora, mas estava dentro do distrito de Lisboa, não eram só situados na cidade, eram no distrito, 8.576 metros quadrados; na Avenida João Crisóstomo, número 9, em Lisboa, eram 6.978 metros quadrados; na Praça de Alvalade, número 11, 12 e 13, edifício lindíssimo, 6.295 metros quadrados; na Avenida Duque de Ávila 137, 4.181

metros quadrados; na Estrada das Laranjeiras 205, identificado como Palácio das Laranjeiras, 4.100 metros quadrados; na Rua da Horta Seca 15, que ficava junto ao Chiado, ao Bairro Alto, 4.100 metros quadrados; na Rua do Século, um bocadinho mais abaixo, 63 da Rua do Século, 2.993 metros quadrados; no Largo do Rato número 1, edifício interessante ao lado da Igreja do Rato, 2.519 metros quadrados; na área do Programa de Desenvolvimento Rural do PRODER, 2.320 metros; na Praça Duque de Saldanha 31, 1.969 metros quadrados; na Rua Filipe Folque, um bocadinho mais à frente virando à esquerda, 1.777 metros quadrados; na Avenida Barbosa do Bocage, onde também não se importava de viver, número 5, eram 1.189 metros quadrados; na Praça de Londres, um edifício que conhecia, não era o principal, era ao lado, no número 2 da Praça de Londres, 550 metros quadrados, não era a torre onde estava o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, era só um bocadinho ao lado, o número 2; na Rua América Durão em Carnide, salvo erro número 12, 427 metros quadrados, no Campo Grande 83, só um andar, eram 66 metros. -----

----- Havia só uma curiosidade, todas essas localizações eram locais onde funcionavam organismos do Estado, que queria retirar desses locais e fazer a alienação. Tinha localizado um ou dois, o da Praça de Alvalade 11, 12 e 13, passava todos os dias para pôr a sua filha na escola e quando regressava a casa. O Estado podia aliená-lo, mas havia uma coisa que tinha a certeza absoluta, que independentemente da ideologia não tinha disponibilidade financeira para ir ao mercado livre adquirir uma casa ali, ainda que tivesse 50 metros quadrados e se tivesse oportunidade de lutar para ter os seus filhos perto de si quando fosse velhote iria lutar. Por omissão não ia deixar de lutar. -----

----- Era só isso que queria dizer, e estavam a falar de propriedades identificadas pelo Estado Português e muito bem na Lei do Orçamento de Estado. Tinha feito a identificação eventualmente excessiva, mas era ao ponto que estavam a falar. Não estavam a falar de nada esotérico, estavam a falar de organismos do Estado que funcionavam há 20 ou 30 anos. Aquilo que estava ao lado da Igreja do Rato, podiam lá ir ver, era o edifício onde estava a esquadra e que eles queriam vender. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que não tinha colocado a lista porque ela era muito extensa, tinha essa lista à sua frente e devia ter colocado. Da próxima teria mais atenção para não dizerem que estavam a discutir no éter. Eram 19 edifícios, quase nenhum no centro histórico. -----

----- Havia um lapso no documento, não dizia para onde queriam que fosse enviado e queria acrescentar um ponto, que esse documento fosse enviado ao Governo, se fosse possível. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que o PS se associava à moção e, mais do que tudo, à preocupação com a falta de estratégia. Na realidade, a falta de estratégia não era só nacional. A nível local e nas competências que ali tanto discutiam era da Câmara Municipal e o que constataavam era que a Câmara Municipal não tinha uma estratégia. Era do Estado, mas eram edifícios da cidade e só faltava que a Câmara Municipal de Lisboa fosse adquirir edifícios ao Estado para a classe baixa, para a classe média, o que fosse. Pelo que viam, a Câmara Municipal tinha dificuldade em encontrar edifícios e retirava edifícios à Junta de Freguesia. -----

----- O problema era a descoordenação completa e a incapacidade da Cidade de Lisboa em gerir o problema que era de todos, a habitação. Não era na Freguesia, estavam a trabalhar uma moção que era do Estado, mas se tinha implicações na cidade logo teria também implicações. Ainda que fosse algo vago, era uma preocupação de todos, viviam numa cidade onde não havia uma estratégia, não havia uma preocupação. Havia

situações como vender edifícios do Estado porque o Estado queria alienar, nem sabiam bem porquê, ainda que esse Governo tivesse recebido superávit do Governo anterior. --

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que lamentava, mas não se podia aceitar que a Câmara não tivesse uma estratégia. Acabaram de aprovar num Executivo onde não eram maioritários, com as dificuldades que foram anos para aprovar a estratégia local de habitação e nomeadamente com a primeira carta municipal da habitação, onde estava tudo plasmado, qual a estratégia a dez anos de reabilitação do parque municipal, porque era propriedade da Câmara Municipal. Havia 800 casas ocupadas abusivamente, essas casas estavam disponíveis para as pessoas. O caudal não parava de aumentar, mas não aceitava dizer-se que não havia uma estratégia. -----

----- Havia uma estratégia e era óptimo que tivessem muitos mais milhões disponíveis, mas também tinham que adaptar as estratégias à realidade que havia. Os fundos europeus não eram infinitos, infelizmente, o tempo não era infinito e ainda bem que não era porque isso colocava pressão, os impostos também não e eram pela redução de impostos. Portanto, havia uma estratégia e pelo menos a dez anos. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que a moção estava muito clara, o Estado ia vender património de todos para um negócio, para fazer hotéis, para fazer o que quisessem, porque nessa cidade e no país o que era preciso fazer seriam hotéis, mas o que precisavam era de habitação e que as pessoas pudessem pagar, porque os salários eram aquilo que eram. A Constituição dizia que toda a gente tinha direito a uma habitação, mas era mentira, porque as pessoas não tinham dinheiro para pagar as rendas como estavam e só conseguiam pagar rendas com habitação pública com o Estado, com as Câmaras Municipais. Havia uma hierarquia e tinha que falar com todos para olharem a esse património em vez de estarem para comprar outros terrenos, outras casas, tinham isso e transformavam isso em habitação pública. -----

----- Em Portugal a habitação pública era 2% da habitação, o que era mínimo. Nos outros países a quantidade era muito maior, as pessoas tinham direito à habitação a sério e ali não havia direito à habitação. Em Portugal, vivendo em Lisboa e sentindo os problemas em Lisboa, não havia direito à habitação. As pessoas iam viver para a rua, estavam em tendas com esse frio, era uma dor de alma. -----

----- O que a moção dizia era só isso, que o Estado não vendesse isso e que transformasse em habitação, que não transformasse em hotéis constantemente. Por exemplo, não sabia se tinham reparado que em Alfama iam construir mais dois hotéis, um espaço na Rua Jardim do Tabaco onde era um edifício público ia ser outro hotel. Aliás, em Alfama precisavam mesmo de muitos hotéis porque depois começavam a mandar para lá os sem-abrigo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “Pela não alienação do património do Estado e pelo seu uso para a criação de casas de renda acessível”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e BE) e 2 votos contra (PSD e Ind.)-----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** informou que enviaria uma declaração de voto por escrito, para que ficasse bem claro a razão de ter votado contra. -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha aprendido na outra Assembleia, quando tinha documentos para apresentar quase no fim e o Senhor Presidente a criticou por isso. Por isso ali estava, porque a si só precisavam de dizer uma vez. -----

----- Tinha os seguintes requerimentos para entregar à Mesa:-----

----- **Requerimento** -----

“----- Solicitação dos comprovativos de envio para entidades terceiras de recomendações, moções e saudações aprovadas. -----

----- Ao longo do atual mandato, os eleitos da CDU têm apresentado um conjunto de moções, recomendações e saudações sobre matérias da responsabilidade direta da Junta de Freguesia ou de entidades terceiras. Na maioria das moções que foram aprovadas é pedido expressamente que seja enviada uma cópia para essas entidades terceiras, Câmara Municipal de Lisboa, Governo, Polícia de Segurança Pública, associações e organizações sindicais, entre outras. -----

----- Não obstante, até à data não obtivemos a confirmação de que as cópias dos documentos em causa tenham sido efetivamente remetidos para esses destinatários. Nesse sentido, os eleitos da CDU na Assembleia Freguesia de Santa Maria Maior solicitam que lhes sejam facultados os comprovativos de envio das referidas moções e recomendações para as entidades nelas designadas.-----”

----- **Requerimento** -----

“----- Falta de respostas aos requerimentos apresentados ao longo do presente mandato.-----

----- Ao longo do atual mandato tem-se verificado uma sistemática ausência de resposta por parte do Executivo aos sucessivos requerimentos que são apresentados pelos eleitos da CDU. -----

----- Sempre que esta situação é denunciada, em sede de reuniões da Assembleia Freguesia, o Presidente da Junta de Santa Maria Maior afirma que as respostas solicitadas serão remetidas com brevidade. -----

----- Na reunião do passado dia 29 de abril de 2024 foi assumido publicamente pelo Presidente do Executivo o compromisso de que tais respostas por escrito nos seriam enviadas até ao final do mês seguinte, ou seja, passado mês de maio. Não obstante, traz promessas, até ao momento nenhuma resposta foi dada aos 12 requerimentos apresentados em 2021, 2022 e 2023.-----

----- A continuação desta situação é insustentável porque limita o formal funcionamento da Assembleia Freguesia, infringe os prazos legais estabelecidos, impede um adequado escrutínio da ação do Executivo e dificulta a obtenção de esclarecimentos úteis e necessários à população de Santa Maria Maior. -----

----- Face ao exposto, os eleitos da CDU da Freguesia de Santa Maria Maior solicitam ao Presidente da Junta que esclareça qual o motivo por que esta reiterada ausência de respostas aos requerimentos apresentados. -----

----- Para além disso, solicitam mais uma vez que tais respostas sejam enviadas com a máxima urgência.” -----

----- Disse que queria ainda levantar outra questão. A Associação do Património e da População da Alfama enviou um e-mail, uma carta ao Senhor Presidente da Junta, questionando e perguntando à Junta se tinha conhecimento da destruição de património dos anos 800, que era o cais junto ao túnel de drenagem, o cais onde saiu a fábrica dos canhões, era o cais onde saíam os canhões para vários sítios. Era um cais de valor arqueológico muito grande e tinham conhecimento, aliás o Senhor Presidente da Câmara informou publicamente na Assembleia Municipal que tinham autorização do respectivo organismo para destruir aquele património.-----

----- A associação perguntou ao Senhor Presidente se tinha conhecimento disso e se fez alguma coisa em relação a essa situação. Mais uma vez o património arqueológico histórico de Alfama, devido às intervenções todas, estava a ser destruído e era uma pena que isso acontecesse. -----

----- Depois também queriam questionar novamente a Junta de Freguesia se já tinha tratado junto da equipa da Câmara do túnel de drenagem para ter a reunião pública prometida há muitos meses com a população, para dar conhecimento. A população queria perguntar diretamente à Câmara a razão de estar a destruir o património porque esse património, antes da obra dar início, devia ter sido estudado e resguardado para que não fosse destruído. -----

----- Conforme a obra seguia iam aparecendo coisas e utilizava-se a solução mais fácil, que era destruir, tinham ali brocas constantemente. A associação teve conhecimento junto de outros técnicos arqueológicos que sendo as coisas tratadas e estudadas poderia o túnel ter sido um bocadinho mais ao lado e o património ficava lá. Infelizmente não foi assim. -----

----- Também as árvores centenárias, que foi prometido serem protegidas, não foram e depois era tudo o resto, era o barulho constante, a envolvente toda às escuras. Não era por acaso que o estaleiro da obra tinha uns painéis muito grandes para a opinião pública não ir lá ver, porque às vezes a opinião pública também ajudava a defender aquilo que não se via. A Junta tinha um papel importante nessa situação de defesa do património.-

----- Depois queria colocar outra questão relativamente à campanha de sensibilização que a Junta fez durante a semana passada em toda a Freguesia. O mais engraçado era que tinha ido a vários postos da Junta e não encontrara um folheto só para que a população tivesse acesso. Portanto, era bom que esses folhetos existissem para também as pessoas que não viram, que não sabiam o que se passava, que também fosse uma forma de informar. -----

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** disse que a sua intervenção iria obstar a que pudesse intervir nos pontos 4 e 5. -----

----- Fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Chegámos à quadra natalícia ou quadra festiva, Natal, Ano Novo, Dia Mundial da Paz e Dia dos Reis. Um oásis de esperança no mundo conturbado. Guerras e conflitos internacionais, proliferação de informação falsa promove a mentira e falsidade tornando-as realidade, teorias da conspiração e negacionismo, migrantes em fuga, seca, fome e pobreza, doenças pandémicas, crise climática e problemas ambientais, desumanização das sociedades, proliferação do racismo, antissemitismo e xenofobia, utilização de algoritmos para disseminar o ódio e medo e manipular eleições, ascensão do autoritarismo e totalitarismo à escala global.* -----

----- *Em Portugal, a centralização do Estado continua a aprofundar um abismo entre os órgãos de poder e as reais necessidades dos territórios. A importância do poder local, município e freguesia, torna-se mais evidente e inquestionável. Esta realidade torna o papel das autarquias, particularmente das freguesias, imprescindível porque são elas que, através de recursos frequentemente insuficientes, alocadas a responsabilidades acrescidas de descentralização mal implementada, tentam comatar as falhas do poder central.* -----

----- *O poder local não pode continuar a ser um palco para disputas partidárias. Pelo contrário, é a nível local que se devem estabelecer as bases para uma sociedade mais justa e solidária. A solidariedade continua a ser uma das fontes dos nossos valores e da nossa participação cívica nesta Freguesia.* -----

----- *Em Santa Maria Maior temos de continuar a intervir em prol de causas concretas e intervenções que possam fazer diferença na vida das pessoas. Coisas pequenas, dirão alguns, mas no que se refere ao nosso redor, fazamos a diferença. É essa a nossa missão enquanto autarcas locais.* -----

----- Como nos recorda Frei Fernando de Ventura, podemos não mudar o mundo, mas podemos mudar o mundo de alguém. Podemos não tirar a fome do mundo, mas podemos tirar a fome de alguém. -----

----- Na qualidade independente não inscrito, no âmbito das nossas competências, apreciação e fiscalização das funções executivas, até o final do nosso mandato continuaremos empenhados em apoiar o Executivo da Junta e as medidas por ele implementadas tendentes a promover e executar projetos nas áreas de ação social, cultural, educação e desporto. Especial enfoque nos programas e projetos de ação social, Mesa dos Afetos, loja social, plano especial de apoio e proteção das vítimas, fundo de socorro social às famílias. -----

----- Para crentes e não crentes, as festividades natalícias estão intensamente enraizadas nas tradições culturais de Portugal. É um período de celebração da família e da comunidade, de união, partilha, apoio mútuo e reflexão. É assim um momento de grande significado que mistura as nossas tradições ancestrais com a realidade total. Se para uns a recordação do amor de Jesus é um modelo para as relações interpessoais e as boas ações, para outros será uma oportunidade para que, através da partilha, possam intervir mais na sociedade. Aproveitemos todos esta quadra natalícia para refletir e agir. -----

----- Para todos votos de um Feliz Natal e que a esperança possa iluminar um mundo novo.” -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)**, dirigindo-se à Eleita Maria de Lurdes Pinheiro, disse que usar a palavra destruição no que se referia a registo arqueológico, imaginassem o que seria Lisboa ou Roma... Roma era mais complicado, mas mesmo assim, a cidade tinha layers, sabiam que havia imensas camadas de imensas civilizações até pelo menos aos fenícios. Esse trabalho era científico, estava a ser registado. -----

----- A questão de poder passar o túnel mais à esquerda ou mais à direita, sabiam que era um projeto da Câmara Municipal de 30 anos atrás e foi maturado ao longo de vários executivos e adaptado. Finalmente arranjou-se e também era preciso um bocado de coragem para fazer isso e a adaptação climática também pressionou bastante a que se fizesse, para não ter os cenários que já começavam a acontecer pelo planeta todo. Não valia muito a pena atacar o PGDL. -----

----- Em relação aos tapumes, era uma questão de segurança. Se estavam a fazer uma obra dessa envergadura o estaleiro tinha que estar com tapumes para a segurança das pessoas. Era desagradável, as obras incomodavam, nem sabia se iam ficar gratos, se calhar nem se lembravam que lá estava porque era invisível, mas achava que era um projeto um bocado inatacável, de uma coragem e uma responsabilidade que seria esperada, uma coisa que se estava a fazer e devia ser feita. Era uma chatice e tinha que ser feito, mas não usassem a palavra destruição, não se podia usar essa palavra. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse, sobre os requerimentos, que já tinha tratado das respostas e não sabia porque não foram enviadas. Iria ver, mas já estavam elaboradas as respostas e até julgava que já tivessem sido enviadas pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, uma vez que competia ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia remeter os requerimentos. -----

----- Em segundo lugar, tinha razão, por acaso foi muito oportuno porque tinha na sua agenda telefonar no dia seguinte à Senhora Vereadora Filipa Roseta para combinar com ela uma reunião em janeiro sobre o plano de drenagem. Portanto, foi uma espécie de coincidência, porque tinha na agenda telefonar e para não se esquecer. -----

----- Quanto ao resto, pensava não haver mais nada, queria agradecer a inspiradora intervenção do Senhor Eleito independente. Não sendo um crente, achava que o Natal

era uma época de paz. Celebraram o Natal com um concerto de Natal da Junta de Freguesia na bela Igreja de Santa Cruz do Castelo, onde puderam ver o que de melhor era feito na Freguesia tanto pela Junta como também por muitas entidades que ali estavam presentes, incluindo a Academia de Amadores de Música. -----

----- **Ponto 3 – Aprovar as Atas nº 21, 22 e 23;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 21**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 22**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 23**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 – Aprovar o Orçamento para 2025 (Proposta nº 279/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Orçamento para 2025 (Proposta nº 279/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e Ind.) e 3 votos contra (PCP e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 – Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2025 (Proposta nº 280/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano para 2025 (Proposta nº 280/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e Ind.), 3 votos contra (PCP e BE) e 1 abstenção (PSD) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 – Aprovar o Mapa de Pessoal para 2025 com a criação de unidades e a fixação do valor remuneratório para as chefias de unidade na 5ª posição nível 34 (Proposta nº 281/2021-2025);** -----

----- **Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que o recurso a dirigentes intermédios de terceiro grau era uma boa solução e que podia ser aplicada mesmo com a existência de uma terceira divisão, quando recriada, desde que essas unidades não funcionassem no mesmo espaço das divisões. -----

----- Não se percebia no mapa, estarem previstos 233 posto de trabalho e só 149 estavam preenchidos, estando 84 por preencher, um terço. Perguntou quando iriam abrir os respetivos concursos de admissão. -----

----- Na divisão de administração e finanças essa proporção era superada, carreira de assistente técnico nas duas categorias, coordenador e assistente técnico. Na carreira de assistente operacional verificava-se a ausência de, pelo menos, um encarregado operacional. -----

----- Na divisão de gestão territorial a situação de carência do preenchimento de vagas mantinha-se em todas as carreiras e categorias, em especial destaque na de técnico superior e na de assistente técnico na categoria de coordenador técnico. Nenhuma das duas vagas estavam preenchidas de fiscal, apenas uma das nove estava ocupada. Na carreira de assistente operacional apenas estava prevista uma vaga de encarregado geral, quando o rácio previa dois. Na categoria de assistente operacional questionava-se se os previstos 144 eram suficientes para as diversas áreas que integravam essa divisão e apenas 70 estarem preenchidos. -----

----- Devido e essas questões iriam abster. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que não podia deixar de elogiar o esforço da equipa ali representada pela Senhora Chefe de Divisão. Era uma política que essa Junta de Freguesia tinha assumido, a responsabilidade com que esses serviços assumiam as suas funções e tinha que elogiar os funcionários da Junta, o papel que tinham desempenhado e a continuidade da política que era desenvolvida nessa Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** informou que estava já para concurso e deveria estar a ser publicado em Diário da República o concurso público que iam fazer para assistentes operacionais e estavam a preparar um para assistentes técnicos a ser lançado ainda esse ano. -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** perguntou se seria possível publicitar esses concursos nas vitrines da Junta de Freguesia... só no site da Junta? Muito bem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2025 com a criação de unidades e a fixação do valor remuneratório para as chefias de unidade na 5ª posição nível 34 (Proposta nº 281/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e Ind.) e 4 abstenções (PSD, PCP e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 – Autorizar a celebração de um contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa no âmbito da higiene urbana (Proposta nº 285/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Autorização para celebração de um contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa no âmbito da higiene urbana (Proposta nº 285/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e Ind.), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (BE) -----

----- **Ponto 8 – Autorizar a celebração de um contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes (Proposta nº 286/2021-2025);** -----

----- **Eleito Carlos Dias Torres (PS)** disse que queria pedir um esclarecimento ao Executivo da Junta. Saber para o que seria esse fundo, porque tinha lido o objeto do protocolo e ficara surpreendido com o valor e gostava de saber o que seria possível fazer com o valor desse fundo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa pergunta era importante, porque de facto a verba era muito pequena. Quem conhecia o seu feitio, quase que apetecia dizer que não queriam esse protocolo, mas não era essa a questão. -----

----- A responsabilidade de manutenção dos espaços verdes era por Lei das Juntas de Freguesia, mas havia um pequeno espaço no território de condomínio privado de utilização pública e de responsabilidade municipal. Traduzindo, era aquele pedaço de relva que estava ao pé da Torre da Péla, que em bom rigor deveria ser mantido pelos proprietários daqueles apartamentos. A Câmara acordou com eles que faria isso e depois pediu para a Junta fazer mediante a transferência dessa verba e a Junta para facilitar a vida disse que sim, que faria isso. Era para essa questão e esse espaço em concreto. ----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização para celebração de um contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa para a manutenção de espaços verdes e**

áreas expectantes (Proposta nº 286/2021-2025), tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 10 votos a favor (PS, PSD e Ind.), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- **Ponto 9 – Autorizar a celebração de um protocolo com a Associação Música e Educação e Cultura “O Sentido dos Sons” (Proposta nº 284/2021-2025);**-----

----- Eleita Maria de Lurdes Pinheiro (PCP) disse que iriam votar essa proposta a favor, mas gostaria que o Executivo providenciasse para a próxima Assembleia, ou enviar por e-mail para todos, o relatório do desenvolvimento desse protocolo durante o último ano. Queriam saber o número de utentes, alunos, atividades desenvolvidas referentes a esse protocolo. Nunca ia junto na proposta, nunca ia nenhuma informação e achava que era importante terem essa informação. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que não tinha a resposta exata a essa pergunta, mas era para a Orquestra Juvenil Santa Maria Maior, que como sabiam era um dos projetos mais significativos que a Junta fazia há vários anos sempre com essa entidade. Proporcionavam a crianças dos 6 até aos 17 anos a aprendizagem de instrumentos musicais que configuravam, apesar de tudo, uma aproximação à música mais erudita, a música clássica. Era violoncelo, violino, contrabaixo, agora introduziram elementos de sopro, trombone. Havia alguns instrumentos que não sabia dizer o nome, que tinham um nome muito complicado, mas havia um conjunto de instrumentos de sopro e não erraria muito se dissesse que tinham cerca de 20 alunos nesse momento, talvez 25. -----

----- Tendo iniciado esse processo já quatro anos atrás, esse protocolo era com a Orquestra Metropolitana, que era quem dava a componente do ensino. O protocolo já tinha proporcionado que alguns dos primeiros alunos tivessem passado a um nível superior e já integravam a própria Orquestra Metropolitana.-----

----- Julgavam estar a prestar um serviço público muito importante. O ensino da música clássica e dessa música favorecia muito a sociabilidade das pessoas, o trabalho em equipa. Estava provado também estatisticamente por diversos estudos feitos que ajudava muito ao melhor aproveitamento escolar. Os projectos que mais o satisfiziam enquanto Presidente de Junta, ter tido oportunidade de lançar e graças também ao apoio da Assembleia, que queria agradecer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Autorização para celebração de um protocolo com a Associação Música e Educação e Cultura “O Sentido dos Sons” (Proposta nº 284/2021-2025), tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Submeteu à votação a Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- **Ponto 10 - Appreciar a informação escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- (Não houve intervenções neste ponto) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, eram vinte e uma horas.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----